

O caminho político da dívida

No mesmo dia em que o porta-voz da Presidência da República reconhecia haver cometido um lapso, ao dizer que os chefes de Estado do "grupo dos oito" pretendiam reunir-se com seus colegas do "grupo dos sete" — os pobres com os ricos —, o presidente José Sarney fazia questão de assumir a paternidade da sugestão do presidente eleito norte-americano no sentido de dar tratamento político à questão da dívida externa. Resta esperar que o chefe do governo brasileiro não se veja na dolorosa contingência de ter de discutir a questão da paternidade da idéia com algum economista brasileiro, ou então um chefe de governo ocidental ou o próprio Fidel Castro. Seria lamentável. O que não impede, desde já, que se recomende a s.exa. que não procure tanto ser o pai de quantas idéias boas andam soltas pelo mundo, pois correrá, além do risco do ridículo, o perigo de acabar apropriando-se de uma idéia infeliz. E nesse caso alguém poderia dizer, como no samba: "Toma que o filho é teu".

Será preciso dizer ao acadêmico imortal que as idéias não têm pai? Só padrastrô? Se alguém se der ao trabalho de compulsar as centenas, senão milhares de artigos e conferências que se escreveram e proferiram sobre o problema da dívida externa, encontrará pelo menos uma referência à necessidade de se dar à questão, por sua seriedade, tratamento político e não meramente financeiro — e isso talvez antes da moratória mexicana de 1982. Entre 1982 e 1985, quando o presidente do Brasil assomou à tribuna da ONU para proferir discurso que foi aclamado em prosa e verso no Brasil em lua-de-mel com a Nova República, passaram-se três anos de aprofundadas reflexões sobre o assunto. Bastaria estabelecer as duas datas, 1982 e 1985, para demonstrar que ou o mundo é composto de idiotas que não perceberam que uma crise medida em centenas de bilhões de dólares deveria ter tratamento político, ou o presidente José Sarney encontra satisfação em plessaltar o óbvio, o que é triste.

É necessário lembrar que o presidente Bush se referiu ao problema da dívida externa em duas respostas que deu durante entrevista à imprensa convocada para outro fim. Foram respostas cautelosas, indicando direção sem dúvida política, mas cheia de considerações financeiras. O futuro chefe do governo norte-americano tem a "preocupação" de que os bancos privados não hajam emprestado tanto dinheiro quanto deveriam, ter emprestado para revitalizar o setor privado de algumas nações devedoras. A qualificação é suficientemente clara

para que se meça o alcance do interesse da Casa Branca em rever o Plano Baker. O que talvez o presidente Sarney não tenha tido ocasião de ponderar é que a revisão anunciada no Plano Baker — futuro secretário de Estado — não inclui o Departamento de Estado, foro natural para a discussão política, cuja paternidade é avocada pelo presidente Sarney.

É conveniente repetir o que disse o presidente Bush: "Sendo assim, acredito que esta parte (a dos empréstimos do sistema financeiro privado) deveria ficar sujeita a uma revisão de maior profundidade que incluísse não apenas profissionais do Departamento do Tesouro, como também da Segurança Nacional". O tratamento que o presidente Bush pretende dar à questão da dívida externa não é político, genérico, como generosamente quer o presidente Sarney e como ardilosamente sugeriu o camarada Gorbachev na ONU. É um tratamento que privilegia a segurança nacional dos Estados Unidos. Isso significa, para quem conhece alguma coisa do pensamento norte-americano em matéria de segurança nacional, tratamento preferencial para os amigos e estritamente profissional, quando não *tough*, para os que hesitam entre a direita e a esquerda nas relações internacionais. Para quem acaba de assinar com Gorbachev declaração reputada de magna importância no processo de tornar o Brasil livre dos condicionamentos impostos (como disse o chanceler brasileiro) pelos Estados Unidos, a declaração de Bush deve preocupar, não alegrar.

Na realidade, mergulhado na crise da inflação da qual não consegue sair, vislumbrando como única saída (ademais, não de emergência, mas falsa) uma maneira qualquer de deixar de pagar os juros da dívida externa para com o dinheiro sobrando realizar projetos senão faraônicos pelo menos históricos, o presidente Sarney não se dá conta de que o presidente Bush tem em vista antes de mais nada a saúde do sistema financeiro norte-americano. Ou supõe, o chefe do governo brasileiro, que o futuro responsável pelos negócios dos Estados Unidos tem postura hostil aos bancos? Ademais, Bush foi formado num clima democrático e não por 20 anos de doce autoritarismo. É por isso que quando lhe perguntaram se pensava em perdoar a dívida externa, ou parcela dela, foi claro: não, porque isso desestimula novos empréstimos do setor privado e não é possível "compelir as instituições privadas a cancelar seus empréstimos".

No grande jogo que agora se iniciou, o Palácio do Planalto vai ter de

aprender que as regras que o governam são precisas e, além de claras, muito duras. O governo norte-americano, nem muito menos qualquer outro governo ocidental, pode obrigar bancos privados a fazer esta ou aquela operação. Seus respectivos Poderes Legislativos, ou os próprios Executivos, poderão autorizar garantias públicas para certo tipo de títulos — mas não mais do que garantias (com a devida provisão orçamentária). Elas serão dadas seguramente não aos governos que hostilizam os negócios norte-americanos, ou a política global dos Estados Unidos em relação à União Soviética, mas aos governos amigos. É triste reconhecer essas realidades da política do poder. É importante, porém, que o presidente Sarney e aqueles que governam de fato o Brasil nas suas relações com a comunidade financeira internacional, e determinam as prioridades estratégicas da política externa, tenham em mente que o presidente Bush, depois de dizer que a revisão do Plano Baker seria feita pelo Tesouro e pelo Conselho de Segurança Nacional (o norte-americano), acrescentou: "Isso porque nós temos problemas enormes, particularmente em nosso próprio hemisfério, relacionados com a dívida do Terceiro Mundo".

O presidente Bush sabe que além do México, próximo, tem o Brasil e a Argentina na sua retaguarda. Sabe que não deve criar situações que inviabilizem "a revitalização do setor privado" desses países. Sabe igualmente, no entanto, que não faz sentido, do ponto de vista da segurança nacional dos Estados Unidos, ajudar quem não se quer ajudar e quem não pretende definir-se neste sutil jogo que o camarada Gorbachev iniciou ao fazer seu discurso na ONU. Se Bush desejasse jogar dinheiro pela janela, pagaria a dívida de Cuba com a União Soviética, ou compeliaria os bancos privados norte-americanos a auxiliar efetivamente a Polônia e a Hungria. A União Soviética ficaria muito grata por este gesto de compreensão e amizade, e talvez até reduzisse um pouco mais seu contingente convencional na Europa...

Os interesses da segurança nacional norte-americana talvez não passem por esses atos de desprendimento. Foram eles que ditaram a reflexão de Bush, não a fala de Sarney na ONU — a qual, diga-se de passagem, não cuidava dessa idéia sedida e autoritária de segurança nacional, que infelizmente governa as ações de Bush e do camarada Gorbachev. Afóra as de alguns aprendizes de feiticeiro no Terceiro Mundo...